



A MONARQUIA CONDENADA ¹

Por **Carlos Ferrão**

A República foi acolhida pelo País num ambiente de delirante entusiasmo e identificou-se com ele através de provações, vicissitudes e sacrifícios que a consolidaram e tornaram invencível. As tentativas, violentas ou sub-reptícias, para a derrubar, esbarraram na muralha dos seus defensores e malograram-se, por vezes com dolorosas consequências e tristes repercussões. A sua origem popular confirmou-se com o tempo e hoje, como no passado, o povo é o seu garante intérprete, em cujo coração palpita a chama de uma dedicação ilimitada. Sempre que foi posta à prova, essa solidariedade triunfou de golpes de força ou emboscadas com que baldadamente procuraram destruí-la.

As novas gerações conhecem mal o ingente esforço realizado pelos precursores que deram realização ao sonho republicano, vencendo as dificuldades e derrubando os obstáculos postos no seu caminho. Uma vez organizado o partido, a sua missão consistiu em substituir as instituições monárquicas, cuja inviabilidade estava demonstrada, por outras que correspondessem aos anseios e interesses da Nação. Levou-a a bom termo em três décadas, consumidas no combate cujo glorioso

¹ In : Carlos Ferrão – “Em Defesa da República”. Lisboa, s/d. Ed. Inquérito.

A MONARQUIA CONDENADA
por **Carlos Ferrão**

epílogo foi o movimento de 5 de Outubro de 1910. Entre o centenário de Camões a proclamação da República, a sua ascensão, apressada pelo concurso de figuras excepcionais, pelo talento e pelo carácter, fez-se com desconcertante rapidez, enquanto a monarquia acumulava o capital de erros e culpas que é legítimo atribuir-lhe e tanto contribuíram para apressar a sua ruína.

Ao assalto da cidadela monárquica se lançaram, com intrepidez e coragem cívica que lhes deram lugar inconfundível na História, os pioneiros e idealistas que verteram o sangue, ofertaram a inteligência ou se consumiram no apostolado cujos frutos amadureceram ao sol da sua dedicação e do seu labor. O centenário de Camões, o movimento malogrado de 31 de Janeiro, a reorganização do partido republicano no começo deste século, após um período de inacção, foram as etapas percorridas pelo movimento avassalador que, desde o seu início, contou com o apoio e a compreensão dos portugueses. Aqueles que, na ignorância dos factos e no desconhecimento dos homens, falam do 5 de Outubro como de um episódio fortuito, em que a sorte das armas favoreceu um bando de revolucionários audaciosos que nas ruas da capital triunfaram da resistência de forças militares incomparavelmente superiores em número, são vítimas de ilusões e paixões que deformam, até à caricatura, as realidades irreversíveis que tornaram inevitável a proclamação da República e justificam a sua duração e grandeza.

Nesses trinta anos não é possível separar a história da Nação da do partido republicano, pois foi este, em todas as circunstâncias e emergências, o advogado infatigável e o guia clarividente da primeira, presente nos postos de risco e nas ocasiões decisivas em que o destino da Pátria se jogou. Por ocasião do ultimato, da celebração do tratado de Lourenço Marques, do convénio com os credores externos – para não referir outros acontecimentos relevantes da vida nacional – a acção dos seus dirigentes e o aplauso do povo foram a nota saliente da resistência por este oposta à decadência em que a monarquia o lançara. Idêntico papel desempenhou na revelação de escândalos financeiros e provas de corrupção – como as questões dos tabacos, adiantamentos, Crédito Predial, Hinton – que confirmaram a urgência de uma solução do problema político agravado pelos excessos da repressão monárquica.

Os homens que assumiram a responsabilidade de fazer regressar Portugal à rota do seu glorioso destino, corresponderam à tarefa que lhes foi confiada e é esse, na perspectiva do tempo, o seu mais legítimo título de glória e motivo de orgulho. Os que se conservaram fiéis ao seu ensinamento e exemplo podem desassombadamente invocá-los como mestres eminentes e tutelares de patriotismo e civismo exaltantes.

*

As gerações novas mal conhecem a história dos últimos anos da monarquia em Portugal, principalmente a parte correspondente aos reinados de D. Carlos e D. Manuel II,

A MONARQUIA CONDENADA
por **Carlos Ferrão**

que lhe sucedeu. Poucos períodos da vida nacional podem, com fundamento, comparar-se a esse, caracterizado por uma série de desastres nacionais em que estiveram prestes a subverter-se, com a ordem interna e o crédito da Nação, o seu prestígio externo. Durante os vinte anos que precederam a revolução de 1910, os escândalos financeiros e os vexames internacionais acumularam-se para tornar inevitável a liquidação do regime que por eles devia legitimamente responsabilizar-se.

O reinado de D. Carlos começou nas vésperas do ultimato inglês de 1890, ao qual se seguiu a malograda revolta de 31 de Janeiro no Porto, que identificou a ideia da República com os destinos da Pátria em perigo. Essa identificação contribuiu para fazer do partido republicano o partido da Nação e o intérprete das suas aspirações, condição e qualidade que o tempo confirmou. Entre 1890, data do ultimato, e 1907, data da ditadura franquista, o País viveu numa apatia dolorosa e o Estado num caos indescritível. Foi a fase do rotativismo em que dois partidos desacreditados se alternaram no poder para gozar os seus benefícios, sem nada fazerem para modificar a sua decadência.

Incessantes episódios vexatórios, como os da perda de Quionga, do envio de um navio de guerra alemão ao Lobito, das reclamações dos portadores de títulos da dívida externa, dos incidentes ocorridos com as viagens ao estrangeiro dos soberanos portugueses, sucederam-se para afectar a posição internacional de Portugal. Desses episódios o mais grave foi a assinatura, em 1898, do acordo anglo-alemão para a partilha das colónias portuguesas em consequência de uma situação financeira que forçava o governo a pedir incessantemente empréstimos nas praças estrangeiras, especialmente em Paris e Londres. Os boatos da perda do nosso domínio ultramarino tinham fundamento na lamentável incúria com que eram administrados os dinheiros públicos, sem ter em conta as repercussões externas do caos financeiro e administrativo em que o País vivia.

Três tentativas de engrandecimento do poder real, sob a forma de ditaduras estéreis resultantes da cumplicidade de alguns políticos e cortesãos com o soberano, incompatibilizaram com a monarquia os melhores espíritos que, apesar de tudo, conservavam a esperança de se resolverem, sem a mudança das instituições, os mais graves problemas que paralisavam a vida e impediam o progresso da Nação. Esta ilusão desvaneceu-se, por completo, com uma daquelas tentativas que teve por protagonista João Franco, último presidente do conselho do reinado de D. Carlos.

O franquismo mergulhou o País, durante alguns meses, numa atmosfera de violência e repressão incompatível com os fundamentos do constitucionalismo e os compromissos que a coroa assumira com o povo. O regicídio pôs termo a esse período dramático mas, com a morte do soberano, as instituições que ele simbolizava ficaram irremediavelmente condenadas. Depois desse episódio sangrento, a monarquia viveu a prazo, sem princípios, sem pessoal e sem rumo seguro e objectivo compreensível. D. Carlos

A MONARQUIA CONDENADA
por **Carlos Ferrão**

falara da monarquia sem monárquicos e nunca, como no reinado do seu sucessor, essa expressão correspondeu tanto a uma dolorosa realidade.

Com o reinado de D. Manuel II sucederam-se os ministérios representativos dos partidos rotativos que, entretanto, haviam regressado e dominavam de novo o cenário da política numa corrida ofegante para o abismo em que as instituições se precipitaram finalmente. Pouco mais de dois anos durou esse reinado, efêmero e inquieto, em que, com a inexperiência do monarca, se perderam as derradeiras esperanças de salvar a monarquia. Esta tornara-se uma excrescência no corpo nacional e a sua rápida liquidação foi apressada por novos episódios escandalosos em que apareceram cúmplices, como no tempo de D. Carlos, os que, dizendo-se servidores dedicados do rei e da monarquia, eram apenas beneficiários reconhecidos de um sistema cujas taras e defeitos a ninguém de bom senso ofereciam dúvidas.

Texto publicado em:

